

EUCLYDES FIGUEIREDO: PAIXÃO E POLÍTICA

DA SILVA, JULIANA GOMES¹; SANDES, NOÉ FREIRE².

Palavras-chave: História, Memória, Revolução Constitucionalista, Euclides Figueiredo.

1. INTRODUÇÃO (Justificativa e objetivos)

Na estruturação da memória coletiva nacional sobre o movimento paulista, atuou tanto a versão dos “ditatoriais” como a dos ditos “constitucionalistas” - termos ainda cunhados durante a luta -, perdurando até hoje vivas na memória coletiva, (DE PAULA, 1998:29). No entanto, ao nos referirmos a este processo, é necessário atentarmos para o caráter potencialmente problemático da construção de memória coletiva, como sugerem as colocações de Pollack (1989:4). Na história nacional ou oficial, cuja narrativa é marcada pelos silêncios e “não ditos” a Revolução Constitucionalista ficou conhecida como uma tentativa de repor os princípios da Revolução de 1930, conspurcado por Getúlio e os tenentes, entre eles, a promulgação da nova Constituição, com a restauração do regime legal, e a autonomia federalista do estado de São Paulo. Euclides de Oliveira Figueiredo, um dos mais importantes e atuantes personagens da história do movimento paulista, considerando “ilegítimo e indigno” o Governo Provisório que estava sob a chefia de Vargas pelos seus desregramentos e revelados propósitos de se prolongar no poder, iniciou uma oposição cerrada e duradoura ao novo presidente da República. Em seu livro “Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932”, Euclides Figueiredo nos conta sua versão história sobre o acontecimento nos deixando entrever através de suas linhas seus sonhos, ideais e paixões. Os vários livros publicados até então sobre a revolução de 32, ofereciam ao leitor, em sua opinião, apenas narrativas incompletas. Desta forma, justifica a produção de seu livro devido ao fato de “que só, os chefes militares estavam em condições de oferecer, numa amplitude maior, qualquer colaboração para uma história mais pormenorizada” (FIGUEIREDO, 1977:13).

2. METODOLOGIA

A estratégia central de pesquisa fundamenta-se na leitura da historiografia referente ao movimento paulista conhecido como Revolução Paulista de 1932 destacando nesta vasta bibliografia os escritos do coronel Euclides Figueiredo. Como suporte teórico recorro à discussão entre a memória e a história e suas implicações na construção e fixação da história nacional. Os conceitos aí recolhidos permitirão nortear o trabalho no intuito de compreender como se norteia esta relação no processo de elaboração da escrita da história e os conflitos inerentes surgidos na elaboração desta, onde a memória marginalizada procura seu espaço junto a esta ampla construção a compor a memória oficial, desde sua projeção inicial pelos vencedores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos grandes temas que tem despertado a atenção dos historiadores no debate historiográfico diz respeito a uma de suas tarefas fundamentais; a escrita

da história. O problema reside nas implicações oriundas desta escrita, que são de fundamental importância para se entender o processo de produção do conhecimento histórico. Por muito tempo o desejo de produzir um conhecimento no qual se apresentasse uma narrativa fiel dos relatos passados se tornou a preocupação fundamental de uma História que aspirava científica. Por muito tempo se pensou a história como um *res gestae*, ou seja, a reconstrução fiel do que realmente aconteceu (Guarinello, 2003:42-43). A história, assim caracterizada, se confunde com o relato dos eventos passados, e de seus fatos como dado positivo, capaz de se legitimar através da narração feita a partir destes.

Porém, os historiadores não narram ou reconstroem o passado pela razão de que o passado nos é inacessível, não existe mais, devemos desta forma aceitar o fato de que não poderemos compreender tudo do passado. O passado é por definição, um dado que nada mais modificará, mas o conhecimento sobre o passado é um dado em progresso que pode ser transformado e aperfeiçoado (Bloch, 2001: 75). O único acesso que temos ao passado que não mais existe, é pelo presente, através de sobrevivências que podem ser tratadas como documentos. Tais vestígios, contudo, não importa a quantidade ou a qualidade, não podem ser interpretados como o próprio passado, pois não representam o que teria acontecido de um modo uniforme ou regular. São como pontos de luz a auxiliar o historiador na escuridão do passado.

A história oficial, então não seria mais que uma montagem seletiva de acontecimentos passados apresentados de forma concisa através da produção de uma coerência e linearidade. E neste processo não só as condições e demandas do presente influenciam na percepção do passado, mas o próprio presente é influenciado pelos acontecimentos pretéritos e pela percepção deste passado.

Neste sentido o processo de silenciamento da história se refere à construção social do passado através do controle, seleção e organização do discurso revelando sua ligação com o poder. A memória coletiva assim manipulada torna-se um eficaz instrumento de dominação, podendo ser constantemente apropriada e reelaborada por quem o detêm o poder e em momentos históricos diversos. (Foucault, 1999: 8-10). Daí se explica os momentos de luta ao longo da história pelo controle da memória coletiva e pelo monopólio da “verdade histórica”. Constatado o caráter problemático da constituição desta memória coletiva, Pollack (1989:4), atenta para o fato de que no interior desta memória dominante se opõe, o que se denomina de “memória dos vencidos”. Partindo desta preocupação, é necessário, portanto que a própria escrita da história se submeta a uma crítica, assumindo a historicidade do próprio ato da escrita da História. Trata-se de assumir que a produção desta escrita, na sua elaboração, ao se submeter a escolhas, contrapõe visões e significações do passado. Reconhecer as tensões entre memória e história, pois uma não se confunde com a outra, se torna fundamental para o historiador. Novas pesquisas neste campo têm possibilitado o estabelecimento novas relações entre história/memória não redutíveis à oposição entre elas a partir do reconhecimento de uma complexa relação de constituição e condicionamento recíprocos. Desta forma a história pode operar através da memória uma reflexão crítica da própria história.

4. CONCLUSÃO

Lutando pela reconstitucionalização de todo o país, a Revolução Constitucionalista, após quase três meses de intensas lutas, havia sido derrotada pelas forças ditatoriais. “Os vencidos”, reconstruindo toda trajetória da luta, procurando as causas que teriam levado São Paulo à derrota, recorrem então à rememoração que ao promove o sentimento da distancia temporal, numa relação de continuidade entre presente e passado, tecem o caminho que teria levado a tal odioso fim.

Ao se regatar estas memórias, torna-se imperioso, como destaca Geovani Levi (1996:173) conhecer o ponto de vista do observador; a existência de uma outra pessoa em nós mesmos, sob a forma de inconsciente que busca a relação entre uma descrição tradicional e linear. Ao se indagar sobre a derrota do vigoroso movimento armado Figueiredo explica que “não havia sido a muito pranteada a escassez de munição, nem a desoladora desvantagem de dotações de armamentos (...), o que perdeu a Revolução foi a falta da colaboração prometida, (...) assim seria impossível, por mais ardor que houvesse, que um Estado da Federação vencesse a todos os outros e ao Governo Federal”,(FIGUEIREDO, 1977: 299-300). Conseqüentemente não podemos “compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado -pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis”, (BORDIEU, 1996:191).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOC, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: *Usos & abusos da história oral*. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.). 3 ed Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 183-191
- DE PAULA, 1932 *Imagens Construindo a História*. São Paulo: Unimep, 1998.
- FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Martins, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- GUARINELLO, N. L. . *Uma Morfologia da História: as formas da História Antiga*. Politéia, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-62, 2003.
- GUIMARAES, M. L. L. S. . *A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar*. In: Sandra Pesavento. (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v.2 , p. 9-24,2003.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In.: *Usos & abusos da história oral*. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.). 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 167-182.

DA SILVA, J.G., Sandes, N. F. Euclides Figueiredo: Paixão e Política. In: CONGRESSO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO DA UFG - CONPEEX, 3., 2006, Goiânia. **Anais eletrônicos do XIV Seminário de Iniciação Científica** [CD-ROM], Goiânia: UFG, 2006. n.p.

¹Voluntária de iniciação científica. Departamento de História. julysgomes@hotmail.com

² Orientador/Departamento de História/UFG, noefsandes@uol.com.br